

JOÃO TELÉSFORO

A CRÍTICA DE RENÉ ZAVALA À TEORIA DA
DEPENDÊNCIA: AFINIDADES E DIFERENÇAS
COM A TMD E COM CARDOSO E FALETTO

Recebido em 10/06/2021

Aprovado em 08/10/2021

A CRÍTICA DE RENÉ ZAVALA À TEORIA DA DEPENDÊNCIA: AFINIDADES E DIFERENÇAS COM A TMD E COM CARDOSO E FALETTO¹

Resumo

A obra de René Zavaleta Mercado vem ganhando maior projeção internacional nos últimos anos, como referência para o debate teórico sobre o Estado na América Latina. Em paralelo, observa-se o crescimento do campo de estudos organizado em torno à “teoria marxista da dependência” (TMD). Diante dessa dupla retomada, o artigo analisa a crítica de Zavaleta à teoria da dependência, que em sua leitura incorreria em determinismo econômico e exógeno, pois explicaria as formações sociais dependentes como meros reflexos de sua localização estrutural no mercado mundial. Conclui-se que Zavaleta realizou uma crítica caricatural da teoria da dependência, desprovida de originalidade e de consistência: não identificou as diferenças entre as vertentes da “Escola da dependência”, nem entre elas e a teoria do sistema-mundo (também criticada por ele), ignorou os trabalhos de Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra, e repetiu, de modo superficial, alguns dos pontos da polêmica com a “TMD” realizada anos antes por outros autores, a exemplo de Fernando Henrique Cardoso. Por fim, a partir das afinidades entre as críticas de Zavaleta e de Cardoso à “TMD”, o artigo explora, de modo inicial, as aproximações e divergências entre suas abordagens de análise das formações sociais e Estados dependentes. Lança-se a hipótese de que, embora

JOÃO TELÉSFORO

Doutorando em Direito Econômico e Economia Política na Universidade de São Paulo (USP). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

E-mail: telesforo@usp.br

¹ Agradeço a Rodrigo Santaella Gonçalves e ao professor Alexandre de Freitas Barbosa pela discussão dos argumentos desenvolvidos aqui e pela leitura crítica do artigo. Eventuais equívocos do texto, no entanto, devem ser atribuídos somente a mim.

ambos interrogassem pelas condições de possibilidade da *democracia* na América Latina, a diferença fundamental entre eles era que a teoria e as investigações de Zavaleta orientavam-se pela aposta estratégica na ação e autodeterminação das classes populares. Essa *aposta* inexistia na produção de Cardoso, segundo Santaella Gonçalves (2018).

Palavras-chave: René Zavaleta Mercado; teoria da dependência; teoria do sistema-mundo; Fernando Henrique Cardoso; Estado na América Latina.

Abstract

The work of René Zavaleta Mercado has gained greater international prominence in recent years, as a reference for the theoretical debate about the state in Latin America. In parallel, the field of studies organized around the “Marxist dependency theory” (MDT) has also been growing. Thus, this article analyzes Zavaleta’s criticism of dependency theory, which would incur, according to him, in economic and exogenous determinism, as it would explain dependent social formations as mere reflections of their structural position in the world market. It is concluded that Zavaleta’s critique of the dependency theory was caricatural, devoid of originality and consistency. He did not identify the differences between the strands of “Dependency School” or between them and the world-systems theory (also criticized by him), and ignored the works by Ruy Mauro Marini and Vânia Bambirra. His arguments repeated, in a superficial fashion, previous criticism of the “MDT” by other authors, such as Fernando Henrique Cardoso. Finally, based on the affinities between Zavaleta’s and Cardoso’s critiques of the “MDT”, the article begins an exploration of the similarities and divergences between the approaches they proposed to investigate dependent social formations. It is hypothesized that although both shared the search for local conditions of possibility for *democracy* in Latin America, the fundamental difference between them is that Zavaleta’s investigations would be guided by the strategic *bet* on action and self-determination of the popular classes. This bet did not exist in Cardoso, even in his time as a “dependentist” social scientist, according to Santaella Gonçalves (2018).

Keywords: René Zavaleta Mercado; dependency theory; world-systems theory; Fernando Henrique Cardoso; state in Latin America.

I. Introdução

Desde 2009, a projeção internacional da obra de René Zavaleta Mercado (1935-1984), autor de um dos mais notáveis esforços de *nacionalização do marxismo* realizados na América Latina no século XX (TAPIA, 2002), cresceu significativamente². Tornou-se incomum encontrar trabalhos de distintas ciências sociais sobre a Bolívia que não referenciem seus trabalhos. Ademais, tem se desenvolvido também uma bibliografia que explora suas contribuições teóricas e epistemológicas para além do contexto boliviano, debatendo ou utilizando conceitos como “formação social *abigarrada*”, “Estado aparente” e “forma primordial”, além de suas reflexões sobre a relação entre crise e condições de possibilidade ao conhecimento social³.

Um aspecto onipresente na obra zavaletiana é o impulso para se afastar do economicismo determinista que ele atribui a diversos autores marxistas. Essa questão assume o primeiro plano em um de seus últimos trabalhos, “Problemas de la determinación dependiente y la forma primordial” (2009 [1982]), em que o autor procura oferecer uma formulação própria acerca de

² Vejam-se as publicações de uma coletânea com parte importante da obra de Zavaleta pelo Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), em 2009, da tradução para o inglês de seu livro mais importante (*Lo nacional-popular en Bolivia*), realizada por Anne Freeland (professora da Universidade de Columbia), em 2018, e de três dossiês especiais recentes dedicados ao sociólogo boliviano, publicados nas revistas *Trabajos y comunicaciones* (REYNA; STARCEBAUM, 2017), da Argentina, *Historical Materialism* (WEBBER, 2019), da Inglaterra, e *Postcolonial Studies* (LAGOS-ROJAS, 2019), da Austrália.

O número de artigos científicos que citam Zavaleta parece ter aumentado significativamente na última década, em relação às anteriores. De modo ilustrativo, veja-se que a busca por “René Zavaleta” no portal Periódicos CAPES, realizada no dia 13 de março de 2021, registra 117 resultados até 2020 (além dos dois que já constam de janeiro de 2021). À parte artigo de autoria do próprio Zavaleta, publicado postumamente em 1987, a busca localiza o seguinte número de artigos que o referenciam, a cada ano: 1 (1992), 3 (2000), 3 (2003), 2 (2004), 1 (2005), 3 (2006), 1 (2007), 2 (2008), 4 (2009), 8 (2010), 3 (2011), 11 (2012), 6 (2013), 4 (2014), 16 (2015), 11 (2016), 9 (2017), 7 (2018), 9 (2019), 12 (2020).

Na Bolívia, os principais intérpretes críticos da sociedade boliviana fazem uso de Zavaleta como uma de suas referências fundamentais desde a década de 1980. É o caso, por exemplo, de Silvia Rivera Cusicanqui (2010) e dos(as) ex-integrantes do Grupo Comuna, a exemplo de Luis Tapia, Álvaro García Linera, Raquel Gutiérrez Aguilar, Oscar Vega Camacho e Raúl Prada. Ver Santaella Gonçalves (2013). A divulgação de Zavaleta ganhou um novo impulso recente no país, ademais, com a publicação de sua obra completa pela editora Plural, de 2011 a 2015, em três tomos e quatro volumes.

³ Ver, entre muitos, Santaella Gonçalves (2012) e Freeland (2019).

uma das questões centrais do pensamento político latino-americano naquele momento: a análise da “tensão entre formas autoritárias e movimentos democráticos” na região, à luz “dos movimentos contraditórios entre o fluxo [...] dos centros mundiais, em especial Estados Unidos, em direção à periferia, o que fala da determinação exógena da forma política [...], e a causação histórico-local dentro da formação, ou seja, sua forma primordial” (ZAVALETA, 2009 [1982], pp. 291-292⁴).

Nesse ensaio, Zavaleta critica diversos autores marxistas, e em especial as teorias da dependência e do sistema-mundo, porque, em sua visão, incorreriam no erro de explicar as formações sociais e Estados dependentes mediante a dedução do papel a elas destinado pelo capitalismo central, pela determinação externa. Esses teóricos não levariam em conta a “correspondência diferida” entre economia e política, bem como entre “*determinação dependente*” e a “*forma primordial*” de sua recepção em cada país, segundo sua dinâmica endógena (ZAVALETA, 2009 [1982]). Era precisamente isso o que ele procurava fazer, naquele momento, em investigações de inspiração gramsciana como *Las masas en noviembre* (2009 [1983]) e *Lo nacional-popular em Bolivia* (2008 [1986]), sua obra de maturidade.

Com o crescimento, na última década, do campo de estudos organizado em torno à “teoria marxista da dependência” (TMD)⁵, apareceram alguns trabalhos que utilizam conjuntamente conceitos zavaletianos e de autores dessa vertente (SILVA JÚNIOR, 2014; MACIEL, 2018), não obstante ela fosse duramente criticada pelo sociólogo boliviano. O uso conjunto dessas duas abordagens não é necessariamente um problema, apesar das diferenças entre elas ou justamente para explorar produtivamente os pontos de divergência. Há o risco, entretanto, de se incorrer em ecletismo pouco rigoroso, pela apropriação superficial de autores com propostas teóricas e metodológicas distintas para o estudo das formações sociais dependentes.

⁵ Sobre a retomada da teoria marxista da dependência por uma nova geração de intelectuais brasileiros(as) nos últimos anos, ver o prefácio de Jaime Osorio ao livro de Mathias Luce (2018).

O artigo busca, assim, analisar de modo aprofundado a crítica de Zavaleta àquilo que ele identifica como “teoria da dependência”⁶, examinando se suas posições e fundamentos eram dotados de ineditismo e consistência, tendo-se em vista os debates e programas de investigação das ciências sociais latino-americanas a esse respeito ao longo das décadas de 1960 e 1970, revisitados em pesquisas atuais.

Cabe, desde logo, evitar uma confusão. Ao criticar a “teoria da dependência”, Zavaleta cita nominalmente Gunder Frank, Theotônio dos Santos e Aníbal Quijano, mas também se refere pontualmente, de modo vago, a “outras abordagens” da “teoria”. É por essa vagueza que utilizo a expressão entre aspas, ao me referir ao objeto da crítica zavaletiana, que não é precisamente delimitado. Como se sabe, o debate dependentista desdobrou-se em distintas vertentes, e uma das divergências fundamentais entre elas era (e é) justamente se o estudo das formações sociais dependentes exigia ou não a formulação de uma *teoria* da dependência, isto é, se o capitalismo dependente seria ou não dotado de leis específicas, segundo veremos adiante.

Acompanho a bibliografia que utiliza o termo *Escola da dependência* para se referir ao conjunto mais amplo e diversificado de vertentes desse debate. O artigo debaterá com duas delas: *a teoria marxista da dependência*⁷,

⁶ Giller (2015) examina as críticas de Zavaleta à “teoria da dependência”, mas se concentra em contextualizar e sistematizar o percurso do pensamento zavaletiano em seus distintos momentos, sem examinar de modo consistente se a caracterização da escola dependentista feita pelo sociólogo boliviano é precisa. Giller reproduz generalizações e caricaturas dos dependentistas em que Zavaleta, segundo demonstrarei neste artigo, incorreu. Assim como Zavaleta, aliás, pouco cita os dependentistas para sustentar sua crítica.

⁷ Note-se que Cardoso também era amplamente considerado marxista durante seu período de sociólogo “dependentista”, como se lê em Bambirra (1978, p. 35), uma das principais autoras da vertente conhecida como “teoria marxista da dependência” (TMD): “Se empeñaron en el análisis de la dependencia personas que tenían las más diversas formaciones respecto al pensamiento científico. Unos se habían formado en el estructural-funcionalismo (el caso más patente era el de Gunder Frank), otros en el weberianismo (quizás Weffort sea la mejor expresión), otros en el marxismo (el equipo de investigación sobre la dependencia del CESO, Ruy Mauro Marini y autores como Aníbal Quijano y Fernando Henrique Cardoso, que pese a sus sólidas formaciones marxistas, y la utilización de sus categorías y su metodología, son heterodoxos)”. Cardoso não era adepto de uma “teoria da dependência” ou “teoria marxista da dependência” não por rejeitar o marxismo àquela época, mas por divergir que o capitalismo dependente fosse regido por leis específicas, segundo veremos adiante. Posteriormente, autores do campo da “TMD” passaram a considerar que o trabalho de Cardoso não teria sido marxista. Ver Seabra (2019, p. 271).

desenvolvida por Marini, Dos Santos, Bamberger e, em parte, Gunder Frank; e *a análise das situações de dependência*, de Cardoso e Faletto. Ficarão de fora outras abordagens, como a nova formulação da CEPAL sobre o subdesenvolvimento da América Latina, a partir de meados da década de 1960 (SEABRA, 2019, p. 266).

Na segunda seção do artigo, resumirei a crítica de Zavaleta às teorias da dependência e do sistema-mundo. Na terceira seção, argumentarei que essa crítica foi feita de modo caricatural, ignorando a diversidade dos autores dependentistas, suas diferenças com outras abordagens, seus esforços para desenvolver conceitos e programas de investigação voltados à análise de situações concretas de dependência, bem como de conjunturas políticas e Estados dependentes, para além do economicismo. A quarta seção analisa as semelhanças e diferenças entre as críticas de Zavaleta à “teoria da dependência” e algumas daquelas que tinham sido realizadas, ao longo da década anterior, por Fernando Henrique Cardoso. Na quinta seção, lançarei duas hipóteses para a comparação entre a “análise das situações de dependência” de Cardoso e Faletto e a proposta teórico-metodológica de Zavaleta para a análise das “determinações dependentes” e “formas primordiais” das formações sociais dependentes.

2. A crítica de Zavaleta às teorias da dependência e do sistema-mundo

De acordo com Zavaleta, a tendência dos marxistas daquela época era afirmar que se o “núcleo de autodeterminação” do Estado-nação “ainda existe, existe cada vez menos”, diante do crescente poder das empresas multinacionais. Dentre os autores que associa a essa tese, confere destaque a Poulantzas, que atribuiria “à entidade multinacional não só a aptidão de dissolver os velhos Estados nacionais, mas também a de reconstruir à sua imagem e semelhança as próprias ‘formações dominadas e dependentes’” (ZAVALETA, 2009 [1982], pp. 292-293). Para Zavaleta, o marxista greco-francês iria “além da mais extensa das teses dependentistas (a de Quijano),

que falava pelo menos de uma correspondência fechada entre a história local e a fase da história central, mas não da ocupação daquela por esta” (ZAVALETA, 2009 [1982], p. 293).

A “teoria da dependência” foi, para Zavaleta, “ao menos, a tentativa” de pensar a história desde o ponto de vista dos países periféricos, mas teria terminado por chegar “a uma conclusão igualmente monista, no sentido de que as coisas ocorrem sempre em uma só direção”, atribuindo agência somente aos países centrais, aos quais todos os “momentos nacionais” das formações sociais latino-americanas estariam subordinados (ZAVALETA, 2009 [1982], p. 304). Segundo ele, o “paradigma dessa concepção” seria Gunder Frank, que, a seu ver, estaria equivocado ao “confundir o efeito de iluminação do capitalismo, que na verdade alcança até o último rincão das coisas, com a incorporação produtiva” (ZAVALETA, 2009 [1982], p. 305).

Segundo Zavaleta, Theotônio dos Santos representaria um “extremo” da tese de Frank, ao defender que o desenvolvimento dependente é dotado de leis específicas que o caracterizariam como “modo de produção capitalista dependente”. O sociólogo boliviano contrapõe-se à tese de que existiriam “dois modos de produção capitalistas” (ZAVALETA, 2009 [1982], p. 305). Para ele, é preciso evitar duas “tentações”: “a de pensar o modo de produção capitalista como unicidade desde o princípio”, que associa a Gunder Frank e à teoria do sistema-mundo (mencionando Wallerstein), “e também a outra tentação, tão conexas, de supor a dependência como um modo produtivo dotado de suas próprias leis” (ZAVALETA, 2009 [1982], p. 304).

Sobre Wallerstein, Zavaleta considera que a “imagem do sistema mundial” formulada por ele⁸ “propõe certo cálculo mundial de valor que o inutiliza para toda análise concreta da luta de classes”; ademais, “o escalamento mundial [...] do mercado e da economia mundiais [...] fracassa sempre na composição de um sistema mundial, porque este comporta já requisitos ideológico-político-culturais com vasta força de determinação local”

⁸ A rigor, Wallerstein utilizava a expressão “sistema-mundo”, e não, “sistema mundial”.

(ZAVALETA, 2009 [1982], pp. 305-306). Sequer se poderia falar, portanto, na existência de um sistema mundial ou sistema-mundo em sua perspectiva.

Zavaleta rejeita em bloco as duas teorias, alegando que ambas vincular-se-iam aos limites da seguinte tradição teórica e política:

A própria tradição anticolonialista induziu os especialistas em assuntos sociais latino-americanos a darem por assentado que o atraso e a marginalidade da região são consequência de uma interferência extrínseca e estrutural que formaria, portanto, o composto ou marco histórico da dependência. É por isso que o anti-imperialismo é mais vivente na América Latina que o estudo das formações sociais de base. É por isso que se fala mais das intervenções militares norte-americanas que do papel do que é agora a América Latina na gestação da agricultura mundial, isto é, da apropriação nativa do cenário (ZAVALETA, 2009 [1982], pp. 305-306).

Para Zavaleta, é preciso, sim, analisar os “movimentos e conjunturas dos centros econômicos (aos quais aqui não se atribui o caráter de centros históricos)”, que interferem em todos os problemas fundamentais da periferia, e em particular da América Latina; entretanto, simultaneamente, deve-se definir o “grau de autodeterminação que pode ter uma história nacional”, e em quais condições ela pode ser produzida (ZAVALETA, 2009 [1982], p. 307). A economia mundial produz efeitos nas nações periféricas, mas não de modo “constante, linear, homogêneo” nas diversas nações, nem ao longo do tempo: variam tanto o fluxo da determinação centro-periferia (durante a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, ele se reduziu, o que gerou condições favoráveis à industrialização latino-americana) como o “modo de recepção pela história nacional, isto é, pelo composto primordial” (ZAVALETA, 2009 [1982], pp. 308-309). O desafio científico fundamental, portanto, não é o da busca por categorias gerais sobre a dependência, mas a análise do “tipo particular de dependência” elaborado por “cada formação social ou país. A dependência é, por sua natureza, um fato particular” (ZAVALETA, 2009 [1982], pp. 309-310).

Para ilustrar o fato de que a determinação econômica externa é relevante, mas não onipotente, Zavaleta cita o caso do golpe no Chile, em 1973, quando ficou comprovado que a transnacional ITT e a Embaixada estadunidense atuavam “como uma só entidade” na oposição à Unidade Popular de Salvador Allende, mas não conseguiram impedir sua vitória nas eleições presidenciais. Em seguida, argumenta que “a atividade das agências de inteligência [dos EUA] sem dúvida organizou a desestabilização de seu governo e acelerou sua queda, mas não se pode dizer que a causa eficiente para ela tenha sido a intervenção norte-americana”. Esta teve papel decisivo, mas o golpe ocorreu “em termos das lutas de classes chilenas, isto é, em termos de sua história nacional” (ZAVALETA, 2009 [1982], p. 308). Se a “determinação exógena da forma política” na América Latina é homogênea, no interior de cada período – dado que os Estados Unidos, superpotência hegemônica no mundo e particularmente na região, procuram impor, de modo geral, um mesmo padrão político à região –, a “causação histórico-local”, dentro de cada formação, é fator de heterogeneidade, que diferencia especificamente cada sociedade nacional (ZAVALETA, 2009 [1982], p. 292).

Segundo sua descrição da teoria da dependência, esta seria incapaz de compreender adequadamente um processo como esse, pois localizaria na determinação externa, imperialista, a causa para a estrutura dependente da América Latina, com todos os seus efeitos negativos, e também a chave fundamental para analisar as conjunturas de cada país. Desse modo, a cada mudança econômica ou ideológica nos países centrais, em especial nos Estados Unidos, corresponderiam impactos praticamente automáticos na América Latina; “a dependência produziria dependência de modo permanente”, em um “maniqueísmo que emerge de um ponto de vista demasiado estrutural” (ZAVALETA, 2009 [1982], pp. 306-307), incorrendo em “uma espécie de fatalismo que acompanha pelo menos certas visões dentro do que se chamou de *teoria da dependência*” (ZAVALETA, 2009 [1982], p. 308, grifos no original). Essa pequena ressalva, de se referir a “pelo menos certas visões”, é a única feita pelo autor à sua generalização negativa sobre essa abordagem teórica.

3. Teoria da dependência: uma anticrítica a Zavaleta⁹

A tese de que o capitalismo dependente seria dotado de uma legalidade específica, rejeitada por Zavaleta, rendera debates significativos ao longo das décadas de 1960 e 1970 (mencionaremos parte deles na seção 4), mas o autor não faz referência a eles, não expõe quais seriam os argumentos dos adeptos da ideia e não desenvolve uma argumentação teórica própria sobre o tema. Zavaleta não se engaja em um debate rigoroso com essa tese, portanto; simplesmente a descarta liminarmente. Chama a atenção o fato de que ele sequer menciona o nome de Ruy Mauro Marini¹⁰, que deu o desenvolvimento teórico mais extenso à tese da legalidade específica do capitalismo dependente, sobretudo a partir do ensaio “Dialética da dependência” (MARINI, 2008a [1973]).

A outra crítica fundamental de Zavaleta à teoria da dependência também se relaciona a vivos debates intelectuais e políticos da América Latina ao longo das duas décadas anteriores. É caricatural e sem consistência argumentativa, no entanto, sua avaliação de que os autores dependentistas analisariam as estruturas das formações sociais latino-americanas, bem como suas conjunturas políticas, à luz quase exclusivamente das determinações imperialistas, como se a história da região fosse consequência mecânica delas, sem maior relevância para as lutas de classes no interior de cada nação. Desdobram-se daí duas outras avaliações de Zavaleta sobre os teóricos da dependência: (i) seriam incapazes de observar e explicar a heterogeneidade das formações sociais da região, as variações de seus Estados e estruturas de classes; e (ii) no plano político (e dos programas de investigação que visavam a contribuir com a luta), dariam peso excessivo ao combate ao

⁹ Parafraseamos o título do livro de Vânia Bambirra (1978), *Teoría de la dependencia: una anticrítica*, em que a autora debate com as críticas de três autores à teoria da dependência: Agustín Cueva, Octavio Rodríguez e Enrique Semo.

¹⁰ A omissão aos trabalhos ou pelo menos ao nome de Marini é particularmente estranha porque os dois viveram exilados no México (e, antes disso, no Chile) durante vários anos em comum, e o brasileiro foi professor de uma das universidades a que Zavaleta esteve vinculado. A fase final e mais importante e criativa da obra zavaletiana transcorre no México, de 1976 a 1984, conforme assinala Luis Tapia (2002, p. 336).

imperialismo, e atenção insuficiente aos padrões de dominação internos a cada país.

As obras de Bambirra e de Marini são particularmente férteis em negar essas duas imputações feitas por Zavaleta. Não por acaso, são justamente esses os dois autores não citados por ele, dentre os fundadores da teoria da dependência. Bambirra (2013 [1972]) organizou uma *tipologia histórico-estrutural* das situações de dependência dos países latino-americanos, dividindo-os em três grandes grupos distintos¹¹. Não se enxergava a América Latina como bloco monolítico, portanto. A autora tampouco julgava que tal tipologia dispensasse a necessidade de análise de cada situação nacional, o necessário “estudo específico das estruturas dependentes concretas” (BAMBIRRA, 2013 [1972], p. 39). Partindo da síntese de Theotônio dos Santos, segundo a qual “a dependência condiciona uma certa estrutura interna que a redefine em função das possibilidades estruturais das diferentes economias nacionais”, ela observa:

Esta formulação da metodologia marxista nos parece a mais adequada, pois torna explícito o significado do que são, como *condicionantes*, o *fator econômico* e a *dependência*. Não existe um condicionamento absoluto – como uma interpretação mecanicista poderia deduzir –, mas sim um condicionamento dos parâmetros dentro dos quais atuam uma série de contradições cujas interações, choques e lutas dão as alternativas ou possibilidades históricas de ação e funcionamento aos setores e classes sociais que se formam dentro desses parâmetros gerais, nos quais as opções de política econômica e social se tornam possíveis. [...]

Visando a esclarecer um pouco mais essa concepção metodológica, poderíamos dizer, por exemplo, que no século XIX os países latino-americanos não poderiam ter deixado de ser fundamentalmente exportadores. Mas dentro desses marcos gerais, alguns países obtiveram a independência antes que outros, instalaram regimes políticos diferentes – como a República

¹¹ Não se trata do primeiro grande esforço de organizar uma tipologia das situações de dependência dos países latino-americanos. Destaca-se a tipologia anterior de Cardoso e Faletto (1977 [1969]), que Bambirra criticou em seu livro (2013 [1972], pp. 45-54), sem deixar de reconhecer méritos nela.

ou o Império, como no caso do Brasil –, e alguns já começaram a criar indústrias no final do século XIX, enquanto outros não o fizeram. Tais eram as possibilidades estruturais que foram se concretizando, permitidas pelo marco geral da dependência (BAMBIRRA, 2013 [1972], pp. 40-41).

Marini tampouco supunha que a construção de uma teoria da dependência substituísse o trabalho de analisar especificamente cada uma das formações sociais dependentes em sua concretude. No *postscriptum* a “Dialética da dependência”, explicitou: “o próprio nível de abstração do ensaio não propiciava o exame de situações particulares [...]. As tendências assinaladas no meu ensaio incidem de forma diversa nos diferentes países latino-americanos, segundo a especificidade de sua formação social” (MARINI, 2008a [1973], pp. 151-152).

Em outros trabalhos, com efeito, tanto Bambirra como Marini examinaram estruturas e conjunturas políticas de formações sociais específicas da América Latina. Vejam-se, por exemplo, o estudo de Bambirra (1973) sobre a revolução cubana e as análises de Marini (1969, 1976) sobre os golpes de 1964 no Brasil, e de 1973 no Chile. Em nenhum desses textos a política local figura como mero efeito da determinação exógena. Zavaleta chega mesmo a inverter o sentido da intervenção da teoria da dependência no debate latino-americano daquela época: os dependentistas bateram-se contra os limites da estratégia nacional-desenvolvimentista que separava mecanicamente a burguesia “nacional” (ou associada) da dominação imperialista, e enxergava somente esta última como obstáculo para a industrialização, a soberania nacional e o desenvolvimento autônomo.

As duas variantes da Escola da dependência consideradas aqui – a “análise das situações de dependência” e a “teoria da dependência” em sentido estrito, ou “teoria marxista da dependência” –, não obstante suas diferenças, questionavam a estratégia nacional-desenvolvimentista (compartilhada também pela doutrina hegemônica dos partidos comunistas da região, até certo ponto) de sustentar a luta anti-imperialista na aliança entre as classes trabalhadoras e setores da classe dominante dos diversos

países latino-americanos, enfrentando os constrangimentos impostos pelo sistema econômico mundial e as ingerências políticas, ideológicas e militares imperialistas. Os(as) dependentistas argumentaram que essa tese não tinha viabilidade, dada a integração monopólica mundial, que gestava paulatinamente, desde 1945, um “novo caráter” da dependência latino-americana, “dado pela penetração sistemática do capital estrangeiro, em especial do capital estadunidense, no setor mais dinâmico das economias dos países dependentes, ou seja, o setor manufatureiro” (BAMBIRRA, 2013 [1972], p. 126)¹². Dentre os efeitos políticos desse processo, teria ocorrido o “abandono realista, por parte das classes dominantes, dos projetos reformistas de desenvolvimento nacional autônomo”, adotando-se, em seu lugar, “medidas cada vez mais ‘interdependentes’ em relação ao centro hegemônico, tanto no plano econômico quanto no político e militar” (BAMBIRRA, 2013 [1972], pp. 126-127).

Desse modo, os dependentistas não interpretaram a implantação de ditaduras militares na região como efeito de mera interferência externa – embora esta evidentemente tenha tido grande relevância, e Zavaleta tampouco o negava –, mas, sobretudo, dos desdobramentos das contradições próprias ao desenvolvimento capitalista dependente, de sua estrutura de classes e do modo como se expressavam os conflitos políticos em seu interior.

Outra evidência de que a “TMD” não tomava a determinação imperialista como explicação causal totalizante e unilinear, aliás, foi o desenvolvimento do conceito de *subimperialismo*, ao qual Marini conferiu novo estatuto teórico¹³,

¹² Vânia Bambirra resume, nessa passagem, as conclusões de um conjunto de autores sobre as consequências do novo caráter da expansão imperialista para a América Latina. Esses autores “trataram de superar o enfoque desenvolvimentista mediante um esforço crítico, com a tentativa, mais bem sucedida em alguns casos que em outros, de aplicação de uma metodologia marxista ao estudo do capitalismo dependente”. Dentre tais estudos, cita, nesta ordem, os de Theotônio dos Santos, Roberto Pizarro, Orlando Caputo, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, Aníbal Quijano, Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank e Edelberto Torre Rivas (BAMBIRRA, 2013 [1972], p. 125).

¹³ Luce (2011, p. 19) observa que a categoria foi utilizada à época da II Internacional, mas retomada por Marini com formulação própria, no bojo de sua teoria do capitalismo dependente latino-americano.

procurando realçar a *estrutura* das determinações¹⁴ entre os países dependentes no interior da América Latina naquela etapa de seu desenvolvimento capitalista, com autonomia relativa diante da determinação imperialista. No prefácio à quinta edição de *Subdesenvolvimento e revolução*, de 1974, assinalou, por exemplo: “em 1971, enquanto os Estados Unidos se inclinavam a uma política mais moderada em relação ao governo de Torres [na Bolívia], o Brasil propugnava – e conseguiu impor – uma política mais dura [isto é, o golpe de Estado que implantou a ditadura militar]” (MARINI, 1974, p. 43). Não cabe analisar a fundo aqui o conceito de subimperialismo¹⁵, nem o debate teórico a seu respeito. Nós o mencionamos, junto a um exemplo de seu uso, como uma das evidências de que a teoria da dependência não tomava as nações latino-americanas como apêndices inertes das determinações imperialistas. Considerando seu espaço de autonomia relativa, Marini observou, inclusive, como a economia e a política dessas nações influenciavam umas às outras, construindo uma visão do sistema internacional e da região como palcos de assimetrias diversas e influências multilíneas – mais um modo de superar os limites estreitos do nacionalismo metodológico das explicações “endogenistas”.

A teoria da dependência foi elaborada nos marcos do marxismo. Como tal, reconhece o caráter internacional do modo de produção capitalista, dotado de dinâmica espacial expansiva, que suplantou ou subjugou e reconfigurou

¹⁴ Não se trata somente, pois, de observar interferências conjunturais de uns Estados (e seus grupos dominantes) da região em outros, mas identificar e analisar a diferença *estrutural* entre eles em determinado tempo histórico, que gerava relações assimétricas sistemáticas e uma dinâmica expansiva “subimperialista”. A formulação é anterior e distinta daquela elaborada pela teoria do sistema-mundo entre “periferia” e “semiperiferia”. Todo país subimperialista é semiperiférico, mas a recíproca não é verdadeira; segundo assinalou Gunder Frank (1979), trata-se de um fenômeno específico de países semiperiféricos, mas não necessário a eles. O método de análise que conduz à formulação dos dois conceitos é também distinto, conforme detalhado por Luce (2011, pp. 183-187).

¹⁵ O conceito de subimperialismo não diz respeito somente à geopolítica, à projeção hegemônica de uma nação dependente em seu espaço regional, mediante uma “política expansionista relativamente autônoma”; ele consiste em “uma forma que o padrão de reprodução do capital pode assumir em subcentros do capitalismo dependente”, quando o país passa a ser dotado de “uma composição orgânica [do capital] média na escala mundial dos aparatos produtivos nacionais”, vinculada à chegada de sua economia “à etapa dos monopólios e do capital financeiro” (LUCE, 2011, p. 77).

outros modos de produção por todo o mundo. Por isso, a teoria da dependência não ignora o condicionamento exógeno (econômico, mas também político, ideológico e militar, pois o imperialismo articula todas essas dimensões) aos Estados dependentes latino-americanos. Passa longe de reduzir seu método a isso, no entanto; entende a realidade concreta como “síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade” (MARX, 2011, p. 54), e procura analisar as relações históricas *específicas* entre elas.

Os dependentistas não desprezam as variações históricas do que Zavaleta chama de “emissões” imperialistas, e tampouco os seus “modos de recepção” local. Esses teóricos desenvolveram não apenas uma tipologia das formações sociais dependentes na época da integração monopólica mundial, mas também uma periodização da dependência, com atenção à dinâmica das estruturas – não por acaso, Bambirra reivindica que seu método de investigação seria histórico-estrutural, como já dito. O próprio exemplo dado por Zavaleta para ilustrar a necessidade de captar a variação das emissões desde o centro para a periferia (contra o que seria a pressuposição, pela teoria da dependência, de uma determinação constante e quase totalizante dos países dependentes pelo imperialismo), de que durante a Segunda Guerra Mundial essa interferência teve um de seus momentos de enfraquecimento, criando condições favoráveis à industrialização latino-americana, fora objeto de consideração e análise por parte de Marini, Santos e Bambirra, segundo observa Maíra Bichir:

Esse momento de crise no centro hegemônico é caracterizado por Theotônio dos Santos como um momento da autonomia relativa dos países dependentes, no qual se enfraquecem os laços de dependência frente aos países centrais, e as classes dominantes daqueles países se veem diante de um raio mais amplo de atuação política e econômica. Nos países em que o processo de industrialização já havia se iniciado, as duas grandes Guerras Mundiais representaram uma conjuntura favorável às suas burguesias industriais (BICHIR, 2012, pp. 20-21).

Tampouco há uma visão homogeneizante das “condições de recepção” da interferência exógena, como se cada ciclo estatal dependente correspondesse de modo mecânico àqueles do centro. Note-se, em primeiro lugar, que Marini (2008 [1973], p. III) critica Gunder Frank por não fazer distinção qualitativa entre o período colonial e a situação de dependência. Para Marini, o Estado dependente é, por definição, dotado de autonomia relativa, não equivale a uma colônia. Gunder Frank, aliás, citado por Zavaleta como “paradigma” da teoria da dependência, não pode ser tomado como porta-voz desta abordagem em seu conjunto. Ele exerceu influência decisiva na elaboração da teoria, disso não há dúvida, e colaborou sistematicamente por anos com Dos Santos, Marini e Bamberger, da UnB ao CESO no Chile (DAL ROSSO; SEABRA, 2016, p. 1036). Entretanto, como observa Cristóbal Kay, trata-se fundamentalmente de um “precursor da teoria do sistema-mundo, e ele mesmo preferia utilizar os termos ‘desenvolvimento do subdesenvolvimento’ e ‘metrópole-satélite’ a dependência – termo que ele raras vezes utilizou” (KAY, 2019, p. II, tradução própria). Raphael Seabra (2019, p. 267) observa:

Cristóbal Kay (1989) definiu Frank como um “dependentista de vida curta”. Essa transição [de Gunder Frank] da temática da dependência em direção à análise do sistema-mundo é perceptível em *Acumulação dependente e subdesenvolvimento*, publicado originalmente em 1978, porém reunindo uma série de artigos redigidos entre 1970 e 1976, cujo objetivo era compreender a dinâmica de acumulação mundial e seus impactos em regiões como a África, Ásia e América Latina.

Enquanto Marini e Bamberger, sobretudo, procuraram desenvolver uma análise marxista da especificidade das formações sociais dependentes latino-americanas, seja no plano teórico ou histórico, Gunder Frank orientou-se rumo a essa outra agenda de pesquisas, e se aprofundaram também suas diferenças teóricas com o grupo dependentista – afastando-se cada vez mais do marxismo¹⁶ e se aproximando de Braudel. Marini assinalou

¹⁶ Do qual se aproximara somente a partir da década de 1960, segundo relata Stephens (2016).

como fundamental, porém insuficiente, a contribuição de Frank, autor de intuições amplas e importantes, mas cujas análises efetivamente tendiam mais ao determinismo “exogenista” do que à dialética da relação entre as estruturas. Veja-se a crítica de Theotônio dos Santos à metodologia do autor germano-americano, citada pelo próprio Frank (1972 [1970], pp. 6-7, tradução nossa):

Nossa principal crítica à teoria de Gunder Frank é que ele não vai além de uma posição estrutural-funcionalista [...]. Isso dá um caráter estático ao seu argumento [...]. [N]ão é o suficiente demonstrar a persistência da estrutura colonial. É necessário explicar como as formas de dependência mudaram, apesar de sua persistência.

O próprio Dos Santos, a partir da década de 1970, também se posicionou como um teórico do sistema-mundo, que ele considerava desdobramento da teoria da dependência. Vários dos atuais adeptos da teoria marxista da dependência discordam disso¹⁷, sobretudo pelo ecletismo dos autores do sistema-mundo, que mesclam referências marxistas com a história do sistema mundial de Braudel. Entretanto, Dos Santos inseriu-se nesse campo de estudos de modo crítico, procurando reformular a teoria do sistema-mundo a partir de sua própria perspectiva, marxista:

A evolução do capitalismo é vista [pela teoria do sistema-mundo] como uma sucessão de ciclos econômicos, articulados com processos políticos, sociais e culturais. Em livro recente, Arrighi (1995) conseguiu ordenar a história do capitalismo como uma sucessão de 4 ciclos longos de acumulação, baseados em quatro centros hegemônicos [...]. Arrighi (1995) analisa a relação destes ciclos com os principais centros financeiros que terminaram se transformando em centros hegemônicos aliados com centros comerciais. *Tem faltado a estas análises uma aprofundização maior do aspecto produtivo que estabeleça os regimes de produção, a evolução das forças produtivas e das relações sociais de produção para melhor explicar o funcionamento destes ciclos. Neste sentido, Dos Santos (1978) tenta articular a noção de sistema mundial com as grandes estruturas de produção e particularmente com a revolução científico-*

¹⁷ Ver, por exemplo, Amaral (2017).

técnica (Dos Santos, 1983 e 1986), indicando um caminho de pesquisa em parte complementar ao esforço mais global da teoria do sistema mundial, em parte reordenador desse esforço (DOS SANTOS, 1998, pp. 31-32, grifos nossos).

Essas diferenças relevantes entre os teóricos da dependência e do sistema-mundo – internas a cada abordagem, e também no interior de cada um desses campos teóricos, já desde a década de 1970 – são inteiramente negligenciadas por Zavaleta em sua crítica genérica e caricatural.

Cumprir debater, por fim, a afirmação zavaletiana de que a teoria da dependência alimentaria uma política fatalista, oriunda de seu excessivo estruturalismo, que desenharia a condição dependente como inescapável, a se retroalimentar em moto-perpétuo. Zavaleta omite que a tese estratégica fundamental de teóricos como Frank, Marini e Bambirra era que, na quadra histórica da integração monopólica mundial, *não poderia haver superação da dependência no interior do modo de produção capitalista*, tendo-se em vista que este se organiza internacionalmente e gera um conjunto de constrangimentos econômicos e políticos às nações periféricas. A teoria da dependência apontava para uma rota de saída, entretanto, inspirada pelo caminho de Cuba¹⁸: a revolução socialista. Eis o comentário de Bambirra (1978, p. 88), em resposta (publicada quatro anos antes do artigo de Zavaleta) a outro crítico:

[N]inguno de los autores “analizados” por Rodríguez niega la posibilidad de un desarrollo nacional autónomo, pues eso sería un absurdo. Pero sí muestran que éste no puede ser dirigido por la burguesía dependiente, lo que los lleva a la conclusión lógica, implícita en unos, explícita en otros, de la necesidad histórica de que el desarrollo de las fuerzas productivas en América Latina sea impulsado por un sistema económico-social superior, vale decir, socialista.

Não se trata de afirmar que o desenvolvimento capitalista seja inviável na situação de dependência; pelo contrário, a teoria da dependência

¹⁸ Isso não implicava adesão à interpretação foquista da revolução cubana, criticada por Bambirra (1973).

opõe-se a antigas teses sobre o caráter “semifeudal” da América Latina, afirmando que nela já se desenvolvia o capitalismo. A tese era da inviabilidade de a burguesia dependente dirigir um processo de desenvolvimento nacional *autônomo*, capaz de romper com a condição de dependência¹⁹.

Pode soar fatalista a hipótese de que a estrutura dependente dificilmente possa ser superada sem uma revolução socialista. Em outra perspectiva, no entanto, essa leitura pode ser considerada como consequente com a análise da realidade e, portanto, necessária para prevenir ilusões sobre a viabilidade de se assentar um processo de desenvolvimento autônomo em um grande acordo com a burguesia “nacional”. Há quem pense, aliás, que os teóricos da dependência não teriam sido radicais o suficiente, dada sua opção de “privilegiar o Estado-nação como unidade de análise”, o que teria contribuído para o seu “fracasso político”, pois não seria possível alterar a localização de um país na divisão internacional do trabalho por meio do controle e da administração do Estado nacional (GROSFOGUEL, 2013, p. 42)²⁰. Essa crítica é controversa, no entanto, dado que o horizonte estratégico frequentemente apontado pelos autores da “TMD” era o de um processo revolucionário *latino-americano*, e não somente nacional.

Meu propósito, aqui, não é declarar o acerto ou o equívoco da crítica de Zavaleta ao suposto fatalismo da “teoria da dependência”, mas contextualizar

¹⁹ A postulação de que seria inviável superar a condição estrutural de dependência por um caminho reformista não era absoluta: Dos Santos e Bamberger cogitaram possibilidades de superação da dependência econômica nos marcos do capitalismo. Entretanto, ambos concluíram que o capital transnacional bloqueava *politicamente* essa possibilidade (KAY, 2019, pp. 13-14).

²⁰ Grosfoguel baseou-se em Wallerstein para criticar os dependentistas nesse ponto, o que nos remete às já mencionadas diferenças entre teóricos da dependência e do sistema-mundo, ignoradas por Zavaleta. O autor porto-riquenho também avalia que os dependentistas incorreram em reducionismo econômico, não dando o devido peso às determinações culturais e ideológicas dos processos sociais (GROSFOGUEL, 2013, p. 48). Ele destaca, em especial, que a maioria dos dependentistas subestimou “hierarquias coloniais/raciais na América Latina”; “categorias como ‘gênero’ e ‘raça’ foram frequentemente ignoradas e, quando usadas, elas foram reduzidas à classe ou a uma lógica econômica. Aníbal Quijano é uma das poucas exceções a essa regra”. Nos últimos anos, alguns autores e autoras filiados(as) à abordagem da teoria marxista da dependência vêm enfrentando essa insuficiência analítica.

e explicar, de modo mais preciso, as posições dos autores criticados²¹. Nem todos os “dependentistas”, entretanto, eram partidários da estratégia da revolução socialista, como veremos na próxima seção.

4. Comparação entre as críticas de Zavaleta e de Cardoso à “teoria da dependência”

As críticas de Zavaleta à “teoria da dependência” assemelham-se a algumas daquelas que tinham sido elaboradas ao longo da década de 1970 por Fernando Henrique Cardoso. As críticas de Cardoso, entretanto, além de serem mais amplas – abarcando questões econômicas cruciais não discutidas por Zavaleta –, foram construídas com maior detalhamento e rigor, ainda que o sociólogo brasileiro também tenha distorcido alguns argumentos e teses com os quais polemizou.

Enquanto Zavaleta limitou-se a rejeitar, sem argumentos, a tese de que a acumulação capitalista dependente seria dotada de leis específicas, Cardoso procurou refutá-la com certa minúcia. Opôs argumentos teóricos e empíricos às duas teses teóricas fundamentais de Marini: sobre a *superexploração* do trabalho²² (como núcleo fundamental da condição dependente latino-americana, e ao mesmo tempo vinculada à reprodução do capitalismo nos países avançados, por garantir as condições para a transferência de valor da periferia para o centro do sistema) e a caracterização do Brasil como “subimperialista”²³.

²¹ Pedro Otoni (2011) também critica o economicismo e o fatalismo da teoria da dependência, mas o faz com mais precisão, reconstruindo e efetivamente discutindo as teses e argumentos de Marini. Conclui, por fim, com respeito às consequências da teoria, que “seu déficit no campo da análise política revela-se no salto que empreende entre as ataduras do econômico e o voluntarismo político típico da condição de cerco” (OTONI, 2011, p. 152) – o voluntarismo esquerdista da “fuga para adiante” como outra face do fatalismo decorrente do economicismo, pois, crítica que Cardoso e Serra (1978) já tinham feito a Marini. Otoni também critica, no entanto, a abordagem da dependência de Cardoso.

²² Para Marini, a superexploração do trabalho, segundo a síntese de Carlos Eduardo Martins (2018, p. 464), “significa a queda dos preços da força de trabalho, abaixo de seu valor, implicando maior desgaste e redução de sua vida útil”. Concordamos com Marcelo Carcanholo (apud MARTINS, 2018, p. 469): seria mais apropriado, no interior do marco marxista em que Marini se move, falar em superexploração da força de trabalho.

²³ A crítica à tese mariniana do subimperialismo está em Cardoso (1974). Luce (2011, pp. 156-192) apresenta uma revisão de alguns dos debates sobre o conceito e sua validade empírica, seguindo Marini na contraposição aos argumentos de FHC.

A superexploração não era tendência predominante na América Latina, de acordo com Fernando Henrique Cardoso. “A nova forma de dependência está baseada na exploração da mais-valia relativa e no aumento da produtividade”, dizia o autor, o que negaria a interpretação de Gunder Frank sobre o “desenvolvimento do subdesenvolvimento” e impor a “certa delimitação” à “interpretação de Ruy Mauro Marini sobre a natureza fundamental das relações de dependência como uma forma de reprodução da exploração da mais-valia absoluta e da produção de matérias-primas baratas” (CARDOSO, 1972, p. 28). A crítica de Cardoso à tese da superexploração é desenvolvida nesse ensaio com certos matizes: afirma que trata de “limitar o alcance teórico das explicações dadas por Marini, sem negar o peso histórico de alguns de seus argumentos” (CARDOSO, 1972, p. 30).

Cardoso rechaçou a ideia – forte em Gunder Frank, com sua tese do “desenvolvimento do subdesenvolvimento” (FRANK, 1969) e da “lumpenbúrguesia” e do “lumpencapitalismo” na América Latina (FRANK, 1970) – de que a dependência impediria o desenvolvimento da América Latina nos marcos do capitalismo, observando que “existe, simultaneamente, um processo de dependência e de desenvolvimento capitalista” (CARDOSO, 1972, p. 29). Ressaltou que desenvolvimento (ou acumulação) capitalista não implica “distribuição de renda, homogeneidade regional, harmonia e equilíbrio entre os vários ramos produtivos”; segundo a compreensão marxista, trata-se de um processo “contraditório, espoliativo e gerador de desigualdades” (CARDOSO, 1972, p. 29). Menciona que Lênin enfatizava o caráter dinâmico da penetração capitalista na Rússia (CARDOSO, 1972, p. 27), e em texto posterior afirma que a tese de Gunder Frank é “reminiscência da ideologia *narodnik*” (CARDOSO, 1974, p. 45). Essa avaliação, com fundamento no estudo de Lênin sobre o dinamismo do desenvolvimento do capitalismo nas condições “atrasadas” da Rússia, viria a ser reproduzida e detalhada por Palma (1978).

Diversos autores consideram que Cardoso distorceu alguns dos postulados teóricos de Marini²⁴, notadamente ao atribuir a ele a ideia de que a condição dependente inviabilizaria o desenvolvimento capitalista na América Latina. Essa tese pode ser parcialmente atribuída a Frank, de fato, mas não a Marini: sua teoria não negava as possibilidades de crescimento econômico e de momentos de avanço da produtividade e da industrialização na região, mas enfatizava que o desenvolvimento dirigido pela burguesia reproduziria a condição estrutural de dependência, dando continuidade, ainda que em novos cenários e sob novas formas, à “superexploração do trabalho” e às transferências de valor para o centro capitalista.

À parte a extrapolação feita por Cardoso, subsiste, entretanto, um questionamento importante neste ponto de sua crítica: a “superexploração” manter-se-ia como fundamento característico da acumulação dependente diante da suposta tendência de avanço de extração predominante de mais-valia relativa? A insuficiência e a “confusão conceitual” da resposta de Marini a essa questão são reconhecidas por um dos principais adeptos atuais de sua teoria, Carlos Eduardo Martins (que também aponta a inconsistência teórica de Cardoso sobre o tema²⁵), que procura refinar a tese da superexploração do trabalho como padrão central da dependência (MARTINS, 2018, pp. 472-473).

O propósito aqui, novamente, não é avaliar quem estava correto na polêmica entre Cardoso e Marini, ou argumentar pelo desenvolvimento ou abandono da hipótese da superexploração. Apresentei parte dessa polêmica com outro objetivo, o de contrastá-la com a crítica realizada por Zavaleta. Nota-se que o limite desta última não reside apenas em ter feito exageros e distorções pontuais. Cardoso também cometeu suas extrapolações e mesmo equívocos ao debater com Marini. Apesar disso, e das exacerbações

²⁴ O próprio Cardoso reconhecia, em artigo de 1972 (p. 33), estar extrapolando teses de Marini, como método para fazer sua crítica (“convém dizer que Marini não afirma categoricamente isto”, pontua em certa passagem em que o criticava). Conforme observa Santaella Gonçalves (2018, p. 180), Cardoso considerava, àquela altura, que Marini oferecia contribuições relevantes, porém inconsistentes teoricamente.

²⁵ Há certa indistinção, em Cardoso, assim como em Cardoso e Serra (1978) e em outros críticos, entre elevação da produtividade e mais-valia relativa, como se a primeira necessariamente implicasse a segunda, o que é um equívoco (MARTINS, 2018, p. 468).

retóricas produzidas pelas cristações políticas (que levaram sua crítica a uma escalada em agressividade e a uma perda em refinamento teórico)²⁶, engajou-se em um debate real com suas teses e premissas²⁷, contribuindo para o refinamento da teoria pelo próprio Marini e por seguidores de suas teses. Não posso afirmar o mesmo sobre a crítica zavaletiana.

5. Aproximações e divergências teóricas e metodológicas entre Zavaleta e a “análise das situações de dependência” de Cardoso e Faletto

5.1. O politicismo nacionalista de Zavaleta

Não farei aqui uma comparação sistemática entre a “análise das situações de dependência” de Cardoso e Faletto (1977) e a proposta teórico-metodológica de Zavaleta para analisar as “determinações dependentes” e “formas primordiais”. Limito-me a levantar duas hipóteses, a serem exploradas futuramente em outro trabalho.

É justa a demarcação de Zavaleta contra o exogenismo e o economicismo, o acento no fato de o político e o ideológico não serem redutíveis ao econômico. Entretanto, ele parece extremar a distinção entre as duas dimensões ao ponto da quase separação. Para sustentar o baixo substrato de análise da economia política em seu artigo sobre a “determinação dependente”, alega que “nenhuma economia, nem a mais internacionalizada, é completamente pertencente ao sistema mundial, e isto vale de modo ainda mais rotundo para os outros aspectos, ideológicos ou jurídico-políticos, da sociedade” (ZAVALETA, 2009 [1982], p. 315). Essa sentença é uma premissa do pensamento zavaletiano, fincado no nacionalismo (tanto político como teórico-metodológico, isto é, endogenismo), muito mais do que uma hipótese submetida à argumentação ou discussão em torno à empiria.

²⁶ Segundo Osorio (2003, p. 60) e Santaella Gonçalves (2018, pp. 182-216).

²⁷ É inegável, porém, que esse debate sofreu certa interdição, pois a obra de Marini (obrigado a permanecer mais tempo no exílio) era, em certa medida, conhecida mediante o “filtro” da crítica de Cardoso, cuja publicação no Brasil não foi acompanhada do texto de resposta de Marini (CORREA PRADO, 2011).

Bambirra (2013 [1972]) criticara Cardoso e Faletto porque sua análise de situações concretas de dependência apresentaria um déficit de análise da economia política, não tomaria suficientemente em conta a base material de condicionamento à ação das classes e formulação das ideologias²⁸. Entretanto, em comparação com Zavaleta, o método da dupla de autores apareceria quase como determinista econômico e exógeno, dado que minimamente partiam da análise dos constrangimentos postos pela economia política internacional. Zavaleta não os negava²⁹, mas era mais omissa na discussão efetiva a esse respeito, ao considerar teoricamente a “determinação dependente”. Desse modo, sua abordagem da “forma primordial” parecia tender ao historicismo, endogenismo e politicismo, mais do que a “análise das situações de dependência” de Cardoso e Faletto. Essa é minha primeira hipótese de comparação entre as duas propostas.

Avaliação análoga talvez possa ser feita sobre Gramsci, se comparado a outros teóricos marxistas do início do século XX, como Lênin e Rosa Luxemburgo (duas referências fundamentais dos teóricos dependentistas), cujas análises partiam sempre de uma minuciosa investigação da economia política, e do entendimento de que o modo capitalista de produção se organizava internacionalmente e de modo assimétrico, pela dinâmica imperialista. O marxista sardo ressaltava, por outra via (não contraposta à de Lênin, mas complementar e com outras ênfases³⁰), a necessidade de levar em conta, em qualquer análise, o caráter contingente e aberto da história,

²⁸ De modo mais amplo, em outro livro, a autora observa: “De todos modos, los análisis sociológicos o políticos están de sobra presentes en los estudios sobre la dependencia y quizás las mayores lagunas se encuentren justamente – al revés de lo que creen los críticos – en el análisis económico” (BAMBIRRA, 1978, p. 44).

²⁹ Zavaleta não era um pós-estruturalista que afirmasse a plena autonomia do político ante a economia, pelo contrário; investigava as condições para a autonomia *relativa* do Estado e polemizou com o pós-marxismo de Ernesto Laclau. Ver Fernández e Puente (2016).

³⁰ Rodrigo Castelo (2020, pp. 123-124) observa que, na contramão da avaliação de autores como Eric Hobsbawm e Perry Anderson (para quem Gramsci pouco tem a dizer sobre economia), as contribuições de Gramsci à crítica da economia política vêm sendo valorizadas e desenvolvidas por diversos trabalhos nos últimos anos. Os estudos de Zavaleta sobre a Bolívia também investigam sua economia. Meu argumento aqui, no entanto, é que tanto no autor boliviano como em seu mestre sardo, a política ocupa decididamente o plano central. Pretendo comparar a análise econômica de Gramsci e a de Zavaleta em um futuro trabalho.

inclusive quando se trata do que Zavaleta viria a chamar de “determinação dependente”. Explica Daniela Mussi:

Pensando com Gramsci, [...] a relação centro-periferia não pode deixar de ser tomada de um ponto de vista tendencial, ou seja, político e, portanto, provisório. [...] Se, tendencialmente, o centro se impõe, não pode fazê-lo sem a tradução (“redução”) permanente da periferia em si. A “integralidade” ou capacidade hegemônica do centro, neste caso, é o resultado prático e teórico desta operação, a maneira originalmente gramsciana de ler e interpretar a ideia, de Antonio Labriola, do marxismo como uma filosofia da práxis (MUSSI, 2018, p. 125)³¹.

O sotaque gramsciano de Zavaleta é inconfundível em sua aversão ao economicismo, em sua valorização historicista das dimensões política e ideológica das formações sociais e “formas primordiais”, como frutos, em larga medida, da agência humana nesses campos, da criatividade da luta de classes em forjar o nacional-popular: “*La quimera de la abolición del sentido de lo nacional y, aun más, el agón de disolución de lo nacional popular, fracasan frente al sentido innato de la apropiación humana de la historia*” (ZAVALETA, 2009 [1982], p. 320, grifos nossos)³².

5.2. A aposta política e epistêmica de Zavaleta na ação e autodeterminação das classes populares

Tanto Zavaleta como o Cardoso dependentista eram movidos, no período analisado aqui (da década de 1970 ao início dos anos 1980), pela preocupação política de pensar as condições de possibilidade para a democratização da América Latina. Note-se que autores como Marini e Bambirra tinham outra orientação: a revolução socialista constituía o horizonte imediato de

³¹ Não cabe debater, aqui, as distinções analíticas entre as condições periférica e dependente, feitas por diferentes autores da Escola da dependência.

³² Tem crescido a bibliografia que explora os usos de Gramsci por Zavaleta (que não era um comentarista, de modo geral; apropriava-se dos autores para realizar suas próprias análises e desenvolver seus próprios conceitos, aptos a analisarem a especificidade da formação social “abigarrada” que ele analisava). Dentre outros, ver Tapia (2002), Antezana (2009) e Giller (2017).

sua produção intelectual, embora também estivessem engajados na luta pela democracia.

A relação entre democracia e dependência era formulada de modo distinto por Cardoso e por Zavaleta, no entanto. Minha segunda hipótese é que isso se vincula às diferenças de suas apostas políticas e agendas de investigação. Note-se, de início, a crítica de Bambirra (1978, p. 62) a Cardoso e Faletto³³:

En seguida Cueva vuelve a proyectar sobre toda la teoría de la dependencia una crítica que podría ser justa respecto a la obra específica de Cardoso y Faletto: que “casi los únicos protagonistas de la historia que esa teoría presenta [*sic*] son las ‘oligarquías’ y burguesías o, en el mejor de los casos, las capas medias”. Yo misma, antes que Cueva, había criticado a Cardoso y Faletto por no destacar el papel de los principales actores de la historia latinoamericana de nuestro siglo, no sólo los “sectores populares” como dice Cueva, sino también los empresarios industriales y la clase obrera. Pero al revés de Cueva, yo les criticaba no el “economicismo” sino la ausencia de análisis económico. Así decía: “Mientras lo económico sea un mero marco de posibilidades estructurales, los intereses de sus principales actores tienen que aparecer mezclados con los de actores secundarios como las llamadas ‘capas medias’”.

O déficit de investigação das lutas e estratégias das classes populares ou da classe trabalhadora é um traço geral da obra de Cardoso, não somente de seu importante livro em coautoria com Faletto. Rodrigo Santaella Gonçalves, em tese de doutorado que tem por objeto a “teoria e prática em Fernando Henrique Cardoso”, sintetiza, no trecho a seguir, como essa lacuna analítica vincula-se à política *possibilista* assumida pelo sociólogo brasileiro nas décadas de 1960 e, sobretudo, 1970:

Se sua obsessiva preocupação em apreender os condicionantes estruturais das situações de dependência dos países periféricos (e a forma como elas vão se atualizando ao longo do tempo) contribui para que se possa pensar

³³ A autora reforçava, no entanto, o que afirmara no livro de 1973: não obstante seus limites e fragilidades, a obra continha um “rico esquema interpretativo” e uma “valiosa discussão metodológica” (BAMBIRRA, 1978, p. 62).

nas “condições para que se possa criar e se desenvolver uma vontade coletiva nacional-popular” e se, por outro lado, ele havia partido, no início de suas reflexões, da preocupação sobre os sujeitos históricos da transformação política (com todo o debate sobre os limites estruturais da burguesia nacional), o fato é que a chave de suas preocupações teóricas não era compreender propriamente os sujeitos que conformariam essa vontade coletiva nacional-popular. Isso está relacionado com a própria forma de engajamento prático que levou Fernando Henrique às suas formulações, sem engajamento militante ao lado dos setores subalternos da sociedade, e por isso, apesar do anseio por compreender as particularidades do processo nacional, não parece haver nem uma aposta efetiva prévia na ação das classes populares como capazes de extrapolar os limites do possível e nem a adesão posterior a essa alternativa. A preocupação com os limites do possível se sobrepunha, na produção teórica de Cardoso, àquela relacionada às possibilidades de alargá-las (SANTAELLA GONÇALVES, 2018, p. 132).

Essa falta de *aposta* na ação das classes populares (que se refletia nos seus objetos e métodos de investigação) conduziu Cardoso não somente a transitar da agenda da construção do socialismo para a do “capitalismo autônomo”, segundo observa Santaella na mesma página, mas também, por fim, a abrir mão do próprio objetivo de autonomia ou superação da dependência, aderindo a uma estratégia de construção de um Estado capitalista dependente, mas “democrático”, assumindo concepção cada vez mais estreita de democracia – como Marini já observava em 1978, em resposta ao texto “Las desventuras de la dialéctica de la dependencia”, publicado no mesmo ano por Fernando Henrique Cardoso e José Serra³⁴.

A leitura feita por Santaella Gonçalves sobre o vínculo entre teoria e prática em Cardoso parte de uma tese epistemológica de Michael Löwy: “a

³⁴ “Señalemos, más bien, que Cardoso se ha desvivido por construir una alternativa para la colaboración de clases entre la clase obrera y la oposición burguesa, oposición que expresa hoy una fracción del gran capital que intenta imponer su hegemonía sobre el aparato de Estado en el marco de un régimen renovado, en el figurín que la nueva administración norteamericana ha bautizado como democracia ‘viable’ o ‘gobernable’ (es decir, restringida)” (MARINI, 2008b [1978], p. 230). Anote-se que Santaella Gonçalves (2018, Pp. 185-187) discorda parcialmente da avaliação de Marini àquela altura, considerando que Cardoso ainda não era, naquele momento, um ideólogo de uma fração da burguesia.

consideração da visão de mundo das classes subalternas como privilegiada para a produção de conhecimento objetivo sobre a realidade – e, portanto, para perceber a amplitude do conjunto de possibilidades de transformação existente – é baseada numa *aposta* no papel histórico dessas classes”. Essa aposta “nunca esteve presente no pensamento de Cardoso” (SANTAELLA GONÇALVES, 2018, pp. 210-211).

Verifica-se precisamente o oposto em René Zavaleta. A aposta na ação política das classes populares, nos momentos de *autodeterminação das massas* (ZAVALETA, 2009) como caminho para forjar o *nacional-popular* e construir a autonomia da nação é o fio condutor de sua produção intelectual, problema fundamental de diversos trabalhos, inclusive de sua obra mais importante, embora inacabada, “*Lo nacional-popular en Bolivia*” (2008 [1986]), mas também de artigos como “El proletariado minero en Bolivia” (2009 [1978]), “Las masas en noviembre” (2009 [1983]) e “Forma clase y forma multitud en el proletariado minero en Bolivia” (2009 [1983]), entre outros. Os títulos desses escritos já enunciam a aposta política fundamental que movia a agenda de investigações de Zavaleta:

Sobre estos gruesos rasgos habría que destacar un sujeto colectivo – una constante, diría – que motiva e intriga permanentemente a Zavaleta Mercado. Motiva, porque creo que toda su fidelidad política hay que entenderla por ese lado, e intriga, porque, no muy arbitrariamente, podemos caracterizar su proceso teórico como el intento de caracterizar cada vez más y mejor el papel de este sujeto colectivo en la actual historia boliviana. Ese sujeto es el proletariado minero en Bolivia, el que articula el movimiento obrero boliviano y sustenta los alcances de la Central Obrera Boliviana (COB) (ANTEZANA, 2009, p. 123).

6. Considerações finais

Este artigo procurou contribuir para a ampliação e o aprofundamento do diálogo entre René Zavaleta e distintas abordagens da Escola da dependência. Buscou-se demonstrar que Zavaleta realizou uma crítica caricatural aos

dependentistas, repetindo, de modo mais genérico, a polêmica realizada antes com a teoria marxista da dependência por autores como Fernando Henrique Cardoso.

Não foi na posição de comentador que Zavaleta construiu sua obra, e sim como “historiador do político” percuciente e original, empenhado no esforço herético de elaboração teórico-conceitual como momento da pesquisa social e histórica concreta (TAPIA, 2002; FERNÁNDEZ; PUENTE, 2015, p. 205; GILLER, 2017, p. 7). Isso reforça que a “anticrítica” realizada aqui não necessariamente implica o rechaço aos conceitos e análises originais do sociólogo boliviano, ou às possibilidades de seu uso conjunto com a teoria da dependência; esse é um tema que exige maior desenvolvimento.

Por fim, a partir da semelhança entre pontos das críticas de Zavaleta e de Cardoso à teoria da dependência, lancei duas hipóteses para comparar seus métodos de investigação das formações sociais dependentes: a *autonomia do político*, ainda maior em Zavaleta do que em Cardoso (este tomava mais em conta as ataduras econômicas, embora menos do que os autores da TMD), e, vinculado a isso, a *aposta* muito maior do primeiro nas possibilidades de transformação da realidade pela ação insubmissa das classes populares – tema central de seus estudos (o que o aproxima de autores da TMD, como Marini e Bamberger), ao passo que praticamente ausente da agenda de investigações do segundo em sua época de cientista social dependentista (décadas de 1960 e 1970). Pretendo explorar em trabalho futuro essa hipótese, do contraste epistêmico e político entre Cardoso e Zavaleta, em que pese a rejeição de ambos aos supostos economicismo e fatalismo da teoria da dependência.

Referências

- AMARAL, Marisa Silva. “O estranho marxismo da Teoria do Moderno Sistema Mundial (ou O que foi feito do imperialismo e da dependência?)” in: *Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo*. Niterói: NIEP-Marx, 2017.
- ANTEZANA, Luís H. “Dos conceptos en la obra de René Zavaleta Mercado: formación abigarrada y democracia como autodeterminación” in: *Pluralismo epistemológico*. La Paz: Muela del diablo editores; Grupo Comuna; CLACSO; CIDES-UMSA, 2009.
- BAMBIRRA, Vânia. *La Revolución Cubana: una reinterpretación*. Santiago: Prensa Latinoamericana, 1973.
- _____. *Teoría de la dependencia: una anticrítica*. México, DF: Era, 1978.
- _____. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2013 [1973].
- CARDOSO, Fernando Henrique. “Notas sobre el estado actual de los estudios sobre dependencia”, *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*, n. 4. Santiago: FLACSO/ELAS/ISIS, dez. 1972.
- _____. “As tradições do desenvolvimentismo associado”, *Cadernos Cebrap*, n. 8. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências Sociais LTDA, 1974.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTI, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- CARDOSO, Fernando Henrique; SERRA, José. “Las desventuras de la Dialéctica de la dependencia”, *Revista Mexicana de Sociología*, n. 78, IIS-UNAM, México, 1978.
- CASTELO, Rodrigo. “Gramsci e a crítica da economia política: estudos sobre o mercado determinado”, *Revista Katálysis*, Florianópolis, vol. 23, n. 1, pp. 122-131, jan./abr. 2020.
- DAL ROSSO, Sadi; SEABRA, Raphael Lana. “A teoria marxista da dependência: papel e lugar das ciências sociais da Universidade de Brasília”, *Revista Sociedade e Estado, Brasília*, n. 31, pp. 1029-1050, 2016.
- DOS SANTOS, Theotônio. “A teoria da dependência: um balanço histórico e teórico” in: RÊGO, José Márcio (org). *Teoria da Dependência: 30 anos depois*. São Paulo: IEA/USP, 1998.
- FERNÁNDEZ, Blanca; PUENTE, Florencia. “Marxismo herético en América Latina. Un diálogo posible entre Agustín Cueva y René Zavaleta”, *Revista Pléyade*, n. 15, Santiago, jan./jun. 2015.
- _____. “Lecturas marxistas de la experiencia nacional popular (o del populismo) en América Latina desde la obra de Agustín Cueva y René Zavaleta”, *Cuestiones de Sociología*, n. 14, Buenos Aires, 2016.
- FRANK, Andre Gunder. *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*. Nova York: Monthly Review Press, 1969.
- _____. *Lumpenbourgeoisie: Lumpendevelopment. Dependence, Class, and Politics in Latin America*. Nova York: Monthly Review Press, 1972 [1970].
- _____. “Unequal accumulation: intermediate, semi-peripheral, and sub-imperialist economies”, *Review*, vol. II, n. 3, pp. 281-350, Nova York, inverno 1979.
- FREELAND, Anne. “The National-Popular in Bolivia: history, crisis and social knowledge”, *Postcolonial Studies*, vol. 22, n. 3, Melbourne, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13688790.2019.1673330>. Último acesso em: 09/06/ 2021.
- GILLER, Diego Martín. “René Zavaleta Mercado frente a la ‘teoría de la dependencia’: algunas cuestiones en torno de la noción de la *determinación dependiente* y la *forma primordial*”, *Intersticios de la política y la cultura: Intervenciones Latinoamericanas*, vol. 4, n. 8, pp. 115-132, Córdoba, 2015.
- _____. “René Zavaleta, historiador de lo político. Seis propuestas para leer *Lo nacional-popular en Bolivia*”, *Trabajos y comunicaciones*, n. 46, e045, Buenos Aires, 2017.

GROSFUGUEL, Ramón. “Desenvolvimentismo, modernidade e teoria da dependência na América Latina”, **REALIS, Revista de Estudos AntiUtilitaristas e PosColoniais**, vol. 3, n. 2, Recife, jul./dez. 2013.

KAY, Cristóbal. “Theotonio dos Santos (1936-2018): the revolutionary intellectual who pioneered dependency theory”, *Development and Change*, Haia, dez. 2019.

LAGOS-ROJAS, Felipe. “Critical Forum Introduction: Zavaleta and the postcolonial condition”, *Postcolonial Studies*, vol. 22, n. 3, Melbourne, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/toc/cpcs20/22/3>. Último acesso em: 09/06/2021.

LUCE, Mathias Seibel. *A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A História de uma categoria*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

_____. *Teoria marxista da dependência: problemas e categorias, uma visão histórica*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MACIEL, Douglas Campanini. *O desenvolvimento do capitalismo na Bolívia: do processo de formação do Estado aparente ao Estado plurinacional*. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, 2013 [1976].

_____. *El reformismo y la contrarrevolución: estudios sobre Chile*. México, D.F.: Era, 1976.

_____. “Dialéctica de la dependencia” [1973] in: *América Latina, dependencia y globalización: Ruy Mauro Marini*. Bogotá: Siglo del Hombre - CLACSO, 2008a.

_____. *Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra)*. Buenos Aires: CLACSO, 2008b [1978].

_____. “En torno a Dialéctica de la dependencia (postscriptum)” [1973] in: *América Latina, dependencia y globalización: Ruy Mauro Marini*. Bogotá: Siglo del Hombre - CLACSO, 2008.

MARTINS, Carlos Eduardo. “A teoria marxista da dependência à luz de Marx e do capitalismo contemporâneo”, *Caderno CRH*, vol. 31, n. 84, pp. 463-481, Salvador, 2018.

MARX, Karl. *Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MUSSI, Daniela. “A relação centro-periferia e os estudos gramscianos”, *Revista Outubro*, n. 30, pp. 109-127, maio 2018.

OSORIO, Jaime. “Sobre dialéctica, superexplotación y dependencia. Notas acerca de Dialéctica de la dependencia”, *Argumentos*, México, D.F., vol. 26, n. 72, maio/ago. 2013.

OTONI, Pedro Henrique de Souza. *A Nação e seu labirinto: a “dependência” e o desencontro entre a democracia e a Nação*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2011.

PALMA, José Gabriel. “Dependency: a formal theory of underdevelopment or a methodology for the analysis of concrete situations of underdevelopment?”, *World Development*, vol. 6, pp. 881-924, Amsterdã, 1978.

PRADO, Fernando Correa. “História de um não debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil”, *Comunicação & Política*, vol. 29, n. 2, pp. 68-94, Rio de Janeiro, 2011.

REYNA, Jaime Ortega; STARCEBAUM, Marcelo. “Presentación al dossier: ‘A treinta años de *Lo nacional-popular en Bolivia* de René Zavaleta Mercado”, *Trabajos y comunicaciones*, n. 46, Buenos Aires, out. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.24215/23468971e042>. Último acesso em: 09/06/2021.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. “Oprimidos, pero no vencidos”: *Luchas del campesinado aymara y quechwa (1900-1980)*. La Paz: La Mirada Salvaje, 2010.

SANTAELLA GONÇALVES, Rodrigo. “Autodeterminação das massas em uma sociedade ‘abigarra-da’: René Zavaleta Mercado e as bases para um marxismo renovado na Bolívia”, *REBELA – Revista de Estudos Latino-Americanos*, vol. 2, n. 2, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://nexos.ufsc.br/index.php/rebela/article/view/2796>. Último acesso em: 09/06/2021.

_____. *Intelectuais em movimento: o grupo Comuna na construção hegemônica antineoliberal na Bolívia*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade de Campinas, Campinas, 2013.

_____. *Teoria e prática em Fernando Henrique Cardoso: da nacionalização do marxismo ao pragmatismo político (1958-1994)*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade São Paulo, São Paulo, 2018.

SEABRA, Raphael Lana. “Do dependentismo à teoria marxista da dependência: uma síntese crítica desta transição”, *Sociedade e Estado*, vol. 34, n. 1, pp. 261-283, Brasília, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-201934010011>. Último acesso em: 09/06/2021.

SILVA JÚNIOR, Gladstone Leonel da. *A Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia como um instrumento de hegemonia de um projeto popular na América Latina*. Tese (Doutorado em Direito). Universidade de Brasília, Brasília, D.F., 2014.

STEPHENS, Cody. “The accidental Marxist: Andre Gunder Frank and the ‘neo-marxist’ theory of underdevelopment, 1958-1967”, *Modern Intellectual History*, pp. 1-32, Cambridge, jul. 2016.

TAPIA, Luis. *La producción del conocimiento local: historia y política en la obra de René Zavaleta*. La Paz: Muela del Diablo Editores; CIDES-UMSA, 2002.

WEBBER, Jeffrey. “René Zavaleta Symposium: Introduction”, *Historical Materialism*, vol. 27, n. 3, Londres, 2019. Disponível em: <https://www.historicalmaterialism.org/journal/volume-27-issue-3-2019>. Último acesso em: 09/06/2021.

ZAVALETA MERCADO, René. *Lo nacional-popular en Bolivia*. La Paz: Plural, 2008 [1986].

_____. “Problemas de la determinación dependiente y la forma primordial” [1982] in: *La autodeterminación de las masas*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; CLACSO, 2009, pp. 291-320.

_____. *La autodeterminación de las masas*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; CLACSO, 2009.